

EDUCAÇÃO / Professores da rede pública de ensino do Distrito Federal ignoram decisão judicial e se recusam a voltar às salas de aula. Enquanto isso, estudantes ficam na porta ou mesmo dentro dos colégios à espera de atividades. Pais se mostram preocupados

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Luan (D), com os colegas do 3º ano do ensino médio do Cemab: preocupação com o PAS e o vestibular



Muitos estudantes do Centro Educacional 15 de Taguatinga ficam no pátio à espera de aulas

Alunos ociosos nas escolas

» MARA PULJIZ

A decisão judicial que considerou a greve dos professores abusiva e determinou a volta de 80% dos docentes às salas de aula foi ignorada ontem. O rumo do movimento será definido hoje, às 10h, durante assembleia com a categoria em frente ao Palácio do Buriti, mas a orientação da diretoria do Sindicato dos Professores (Sinpro) é a de manter os braços cruzados enquanto não for selado um acordo com o Governo do Distrito Federal (GDF).

Com o impasse, alunos da rede pública de ensino amargam dias de angústia. A estudante Jaqueline Gabrielle Santos, 17 anos, do 3º ano do Centro de Ensino Médio Asa Branca (Cemab), em Taguatinga, está apreensiva em relação ao vestibular. "Cada dia de greve complica ainda mais a nossa vida, porque estamos no

último ano e precisamos saber do conteúdo para fazer o PAS", disse.

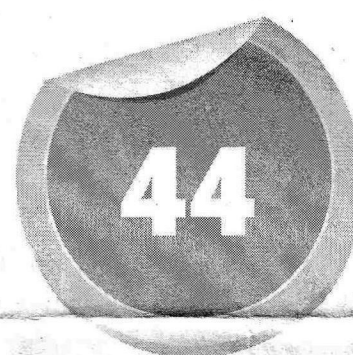
Na manhã de ontem, ela e os colegas Luan da Costa, 17 anos, Carlos Rubens Prateado, 18, Maurembergue Santos, 18, e Ana Clara Oliveira, 16, conversavam encostados no muro de uma casa. Por causa de um acidente na quadra de esportes com um funcionário, eles tiveram as poucas aulas suspensas. "Nunca tem aula normal. Os professores que vêm passam trabalho e prova, mas temos que vir. É ruim porque a gente assiste uma ou duas aulas e vai embora", explicou Luan.

O risco de os estudantes terem de repor o conteúdo nas férias e aos sábados também é um dos motivos de indignação. "É ruim se a greve continuar, porque nós vamos perder todo o recesso", reclamou Thiago da Cruz, aluno da 6ª série do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 15. Ontem, ele teve aula de ciências e matemática nos

primeiros horários do dia. Por volta das 11h, Thiago estava liberado e a mãe, a gerente de compras Ana Jara Lima Batista, 34 anos, teve de sair do trabalho para buscá-lo. "É uma situação muito complicada para os pais que trabalham. A greve faz com que os alunos fiquem muito ociosos", reclamou.

Consumo de álcool

Na QNM 21/23 de Ceilândia, dezenas de estudantes passam o tempo do lado de fora do colégio. Encostado no muro do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 4, um grupo de adolescentes usava ontem uma garrafa pet para beber álcool. Ao verem o carro da reportagem, os meninos se dispersaram. Distantes a 50 metros do primeiro grupo, três jovens usavam droga sem serem incomodados. A situação deixa muitos pais ainda mais preocupados. "Quando não tem aula, os estudantes fi-



Total de dias que dura a greve dos professores da rede pública de ensino do DF

cam do lado de fora e por aqui é muito perigoso. Orientei meu filho a ir direto para casa quando sair da escola", disse a panfleteira Cleonice Maria Ferreira, 35 anos.

No CEF 4, quatro professores davam aula na manhã de ontem, segundo os adolescentes. "Desse jeito, eu vou ser reprovado, porque

vão passar o conteúdo de uma vez e não vou conseguir acompanhar", acredita Luiz Felipe Lima, 14 anos, aluno da 6ª série. O Sinpro garante que a qualidade da reposição das aulas estará garantida.

Na Justiça

O sindicato entrou ontem pela manhã com uma ação de agravo regimental na Justiça contra a decisão expedida na sexta-feira. "Consideramos que ela atenta contra o direito de greve e praticamente inviabiliza o movimento. Queremos que o colegiado (do Tribunal de Justiça) reveja essa posição", explicou o diretor do Sinpro, Jairo Mendonça. A multa em caso de descumprimento da determinação é de R\$ 45 mil por dia, mas a categoria tem 15 dias para tentar reverter a situação na Justiça.

A fiscalização do cumprimento da decisão ficou a cargo da Promotoria de Justiça de Defesa

da Educação (Proeduc) e da Secretaria de Educação, que começou ontem a fazer um levantamento nas regionais de ensino sobre o funcionamento das escolas. O governo avisou que os professores que não voltarem às salas de aula terão o ponto cortado.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Administração informou que o GDF já apresentou três propostas aos professores, recusadas pelo Sinpro, e que fez o máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma comissão formada pelo senador Rodrigo Rollemberg; o reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), Francisco Caputo; e deputados federais esteve ontem em frente ao Palácio do Buriti, onde os professores estão acampados. Eles querem intermediar uma solução para a greve que, hoje, completa 44 dias.